

TCE condena 45 por fraude na Saúde

Sob a acusação de terem cometido, em 1994, 16 tipos diferentes de irregularidades — que incluíram superfaturamento e compras fictícias — o ex-secretário de Saúde Astor Pereira de Mello e outros 44 funcionários da Secretaria de Saúde no Governo Brizola foram condenados ontem pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) a pagar ao Erário

cerca de R\$ 7 milhões, entre multas e dinheiro a ser devolvido. Outros 35 funcionários e ex-funcionários poderão ser punidos depois da Tomada de Contas que o TCE fará. O plenário aprovou sem restrições o voto do conselheiro Humberto Braga, relator do processo de 17 volumes, que citou falcatruas como, por exemplo, o desvio de medica-

mentos: não há sinal da entrada de 57% dos remédios comprados pelo Departamento de Insumos Básicos (DIB) ano passado.

— Registro com vergonha estes atos — disse Braga.

Dos punidos, além de Astor, 21 acusados foram condenados ao pagamento de multas no valor máximo a fixado pelo TCE nesses casos — 1.000 Uferjs (cerca

de R\$ 33 mil) cada um — e à pena de inabilitação, por cinco anos, para ocupar cargos de confiança no serviço público. O ex-secretário não compareceu à sessão, mas, procurado mais tarde pelo GLOBO, disse considerar a decisão do TCE “uma farsa, um circo montado por dois conselheiros, um deles concordatário”. Dois conselheiros não par-

ticiparam da reunião: Paschoal Cittadino e Aluizio Gama.

Segundo cálculos do presidente do TCE, Sérgio Quintella, feitos após a reunião, mais de 120 pessoas, além dos funcionários e ex-funcionários apontados no relatório, têm envolvimento nas irregularidades, em que estão envolvidas quatro empresas sem alvará e 14 firmas fantasmas. O

3º suprocurador-geral de Justiça, Angelo Glioche, disse que enviará à Procuradoria de Justiça do Estado cópias dos autos do processo do TCE para que, também com base nas investigações já conduzidas na Delegacia de Crimes contra a Fazenda, o Ministério Público possa decidir se denunciará, em processos criminais, os envolvidos.